

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS.

Rejane Gomes Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Currais Novos/RN –
rejanegomes64@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo socializar experiências vivenciadas na implantação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Currais Novos, no período de 2015.1 - 2018.1. Nesse íterim, foram desenvolvidas várias ações/atividades no sentido de sensibilizar os agentes educativos para a acolhida de estudantes com necessidades educacionais específicas, considerando que, independente de número de cotas nos processos seletivos, o acesso desse público em quaisquer cursos na instituição, já seria fato real. Os espaços utilizados foram os mais variados possíveis no âmbito do *Campus*, envolvendo a formação docente e demais atividades inerentes a uma possível educação inclusiva na escola. Os docentes mais sensíveis à temática conseguiram realizar atividades em forma de oficinas pedagógicas em sala de aula, como o conteúdo de Jogos Adaptados, no componente curricular de Educação Física. Nesse processo, evidencia-se que a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar, requer estudos e fazeres permanentes que provoquem reflexões acerca das possibilidades e necessidades desses sujeitos em serem tratados com a dignidade e o respeito que lhes fazem sujeitos de direitos, numa perspectiva de uma educação emancipatória e cidadã.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação Profissional e Tecnológica. Sensibilidade.

Introdução

O movimento de Inclusão Escolar tem proposto inúmeros desafios às instituições escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, provocando a necessidade de revisão de concepções e práticas pedagógicas usuais. Sabe-se, que esse direito está garantido constitucionalmente desde 1988, assegurando a todos os estudantes o acesso, a permanência e a participação nos níveis básico e superior de ensino, provocando mudanças nas práticas educativas escolares. (BRASIL, 1988).

As discussões sobre Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva foram mais evidenciadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96), quando em suas disposições gerais, destacam que o estudante com necessidades especiais deverá estar, preferencialmente, incluído nas classes regulares oferecidas pelos diferentes sistemas de ensino. Traz em seu Capítulo V, Art. 58, a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede

regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

No contexto atual, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, instituída como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Nessa direção, percebe-se a inclusão escolar como desafio permanente, trilhando caminhos possíveis, com muitas resistências, desafiando práticas pedagógicas docentes. Conforme, Mantoan (2006, p. 19) “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”

Assim sendo, observa-se que esse processo não se trata de uma questão puramente teórica, uma vez que se encontra atrelado às práticas cotidianas realizadas nos mais variados contextos escolares e não escolares. Entende-se que a qualidade de ensino exige, no mínimo, estratégias pedagógicas que atendam às necessidades e às capacidades de todos sem discriminações ou exclusões, considerando que uma escola para alguns não pode ser caracterizada como uma instituição qualificada do ponto de vista pedagógico. Implica mais tempo de planejamento e trabalho conjunto, em equipe, uma intervenção organizada, intencional, voltada à aprendizagem de todos os envolvidos. Toda trajetória escolar precisa ser repensada, considerando-se os efeitos cada vez mais prejudiciais das especializações dos saberes (MORIN, 2001), o que dificulta a articulação de uns com os outros e a possibilidade de termos igualmente uma visão do essencial e do global, numa perspectiva interdisciplinar.

Nesse sentido, para incluir todos os alunos, e não apenas aqueles com deficiências físicas ou intelectuais, é preciso intencionalidade na prática pedagógica, exigindo mudanças de posturas docentes, de aceitação ao diferente.

Entende-se que, o direito à educação, conforme expresso juridicamente, só será efetivado quando o ensino (seja na educação básica ou superior, seja com pessoas com deficiência ou sem deficiência) proporcionar o desenvolvimento global do sujeito, com vista a sua emancipação. Não basta dar oportunidade de acesso e fazer a matrícula. Faz-se necessário garantir a permanência escolar dos sujeitos e de sua aprendizagem. Nessa linha de pensamento, Gadotti (2009, p. 52) nos alerta que a qualidade da educação está relacionada

com a aprendizagem, logo, “o direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola”.

Em se tratando do Ensino Médio, a perspectiva de incluir "alunos com necessidades educacionais específicas" apresenta-se como tema mais complexo, considerando suas especificidades e, no Ensino Profissional Tecnológico (EPT) a complexidade aumenta.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) assume

[...] o compromisso com uma educação inclusiva pautada na concepção de direito de todos, em especial atenção aos que (devido a questões de pertencimento e de condições físicas, cognitivas, motoras, econômicas e sociais, entre outras) estão mais vulneráveis a processos de exclusão ou de segregação. Isso supõe abertura à pluralidade e à diversidade em todas as relações humanas (IFRN, 2012, p. 179).

Sendo assim, o IFRN propõe uma política de Educação Inclusiva que possa "[...] sensibilizar pessoas, fortalecer compromissos, firmar parcerias, intensificar ações e vencer os desafios postos contra o alcance dos objetivos" (IFRN, 2012, p. 192).

Dentre essas ações de Educação Inclusiva, encontra-se o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas, o qual está vinculado à Diretoria Acadêmica, tendo por finalidade fomentar e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

O NAPNE é regulamentado por Regimento Interno, configurando-se como um grupo de trabalho e estudo permanente, composto por uma equipe multiprofissional (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Intérprete de Libras, docentes, discente e representante da comunidade civil e outros). Tem como público alvo: Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades) e Pessoas com Transtornos Funcionais Específicos (dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia).

Frente a esse desafio de trabalhar a Educação Inclusiva escolar, este grupo de trabalho, desde o período letivo de 2015.2, vem implementando ações que possam contribuir com o processo de compreensão da necessidade premente de conhecer para atuar no âmbito da inclusão na EPT, tentando sensibilizar as pessoas para o acolhimento e efetivação de uma política de inclusão com qualidade. Os desafios são inúmeros mas, o desejo de contribuir com

um ensino que promova a igualdade de direitos, é um fator mobilizador das ações em prol de uma educação com qualidade.

O objetivo nesse trabalho é socializar as experiências vivenciadas na implantação do NAPNE no IFRN *Campus* Currais Novos, no período de 2015.1 - 2018.1, vislumbrando desafios possíveis, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nessa perspectiva, tem-se buscado uma articulação com a comunidade externa do município de Currais Novos, a qual desenvolve um trabalho sistemático e consistente no âmbito da inclusão, nas esferas municipal, estadual e com algumas associações, numa busca permanente de troca de saberes, de conhecimentos e de experiências, com foco nas políticas públicas no campo da inclusão.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho traz uma abordagem qualitativa, no sentido da observação, descrição e análise das atividades realizadas por meio de ações sistematizadas, conforme elaboração de plano de ação anual, registros escritos e fotográficos, atas de reuniões, vídeos e outros, promovendo um processo de ação-reflexão-ação, envolvendo a comunidade escolar.

Resultados e Discussão

O trabalho do NAPNE, no IFRN *Campus* Currais Novos, teve início com o projeto de extensão “Implementando o NAPNE: um olhar para a inclusão” (período 2015.1), o qual teve como objetivo desenvolver ações que possibilitassem a organização e o funcionamento do Núcleo no âmbito do *Campus*. A equipe foi formada, conforme orientação expressa no Regimento Interno. O grupo manteve a realização de encontros mensais, com o intuito de estruturar as ações/atividades do Núcleo. Durante esse período, foi possível estudar e entender melhor qual seria a atuação perante a comunidade educativa. Para tanto, houve a disponibilidade de alguns membros em participar de grupos de estudos, eventos, congressos que abordassem a temática da inclusão da pessoa com deficiência. Uma das atividades estabelecidas centrava-se na coleta de dados sobre instituições e pessoas que desenvolvem trabalhos de inclusão no âmbito do município de Currais Novos/RN, a qual resultou no fortalecimento da articulação de atividades com instituições da comunidade externa, no âmbito municipal. Para finalizar os trabalhos do ano letivo de 2015, (61) 3214-3214

apresentação geral sobre o NAPNE para todos os servidores do *Campus*, destacando suas finalidades e objetivos, com o intuito de disseminar ações inclusivas possíveis, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão para o ano letivo posterior, numa visão de continuidade.

No ano letivo de 2016, as ações consistiram na formação docente, utilizando os espaços das Reuniões Pedagógicas (RP) semanais (uma vez no mês a temática envolvia Educação Inclusiva), nos eventos artístico-culturais, científicos e tecnológicos em forma de gincana, sala de cinema, apresentações artísticas envolvendo a pessoa com deficiência ou algum transtorno e, no desenvolvimento de oficinas em salas de aulas com estudantes dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado. Destaca-se aqui, a abordagem, de forma vivencial, da temática da Inclusão escolar a partir do conteúdo “Jogos Adaptados”, no componente curricular Educação Física, nas turmas das primeiras séries. Esta última atividade oportunizou aos estudantes colocarem-se no lugar do outro com deficiência, na tentativa de sensibilizar e compreender as possibilidades e limitações que essas pessoas enfrentam no seu cotidiano. Alguns membros do grupo participaram de um Curso de Gestores e Conselheiros da Pessoa com Deficiência, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMADE) do município de Currais Novos/RN, como também, da Jornada de Capacitação do IBC, promovida pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e a Extensão do Inst. Benjamin Constant, FAIBC, Brasil.

No ano letivo de 2017, as ações foram ampliadas, considerando a entrada de estudantes com deficiência ou com algum transtorno, garantida pelo regime de cotas nos processos seletivos no IFRN.

Vislumbrando desafios possíveis, a equipe procurou participar de momentos formativos envolvendo a temática da Inclusão da pessoa com deficiência, estabelecendo parcerias com outras instituições e associações, bem como promovendo encontros formativos no *Campus* e fora dele. Citamos algumas dessas atividades tais como: Realização de reuniões quinzenais; Garantia de Bolsista de Iniciação Profissional para o NAPNE; Apresentação cultural do Teatro Iluminart do CAPS de Parelhas, no Encontro Pedagógico 2017.1; Participação em Roda de Conversa, promovida pelo Conselho Regional de Psicologia do RN e o Centro de Educação da UFRN, com a temática “Possibilidades e desafios da atuação interdisciplinar entre psicólogos, professores e gestores na Educação Inclusiva”; Participação nos encontros mensais do Grupo de Estudo Aprender a Aprender (GEAA), promovido pela 9ª Diretoria Regional de Educação (DIREC/CN), o qual aborda a temática da Inclusão da pessoa com Deficiência; Realização de acompanhamento pedagógico dos estudantes do *Campus* que apresentam transtornos ou alguma deficiência (Baixa visão, deficiência física, transtorno de

personalidade Esquizotípica, Síndrome do Pânico, depressão, ansiedade, Síndrome de Tourette...); Realização de palestras mensais sobre a Educação Inclusiva nas Reuniões Pedagógicas; Estudo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – nº 13.146/2015 e outras leis; Parceria com a Faculdade KURIOS, para realização do Curso de Especialização em LIBRAS; Representação no COMADE, Currais Novos/RN; Participação nas ações/atividades promovidas pelo COMADE e APAE na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência; Realização de atividades inerentes ao Setembro Amarelo: palestras, oficinas, rodas de conversas...; Participação na III Jornada de Diálogos sobre Acessibilidade, no IFRN *Campus* Santa Cruz; Parceria com a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) da Escola Estadual Dr. Sílvio Bezerra de Melo/CN; Participação no I Simpósio de Educação Inclusiva organizado pelo CERES/CN/UFRN; Na VII EXPOTEC/CN, o NAPNE organizou um *stand* dando visibilidade ao trabalho desenvolvido; Participação no II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica: Políticas de Acesso e Permanência – I Fórum Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade das IFES – I Encontro de Pesquisadores de Educação Especial da Região Nordeste, promovido pela UFRN. Em meio a tudo isso, a gestão escolar vem realizando adaptações de acessibilidade física, de forma contínua, conforme as necessidades e condições orçamentárias.

É observável a disposição e envolvimento do grupo em tentar desenvolver uma política de inclusão que possa vir atender aos reais objetivos, buscando a fundamentação e compreensão do desafio que ora se apresenta: receber estudantes com deficiência garantida pela lei de cotas nas instituições em todos os níveis e modalidades de ensino.

O ano letivo de 2018 traz para a comunidade educativa a materialização das expectativas e desafios até então pensados e discutidos, com a entrada de 13 estudantes com deficiência ou algum transtorno, distribuídos nos Cursos Técnicos de Nível Médio e nos Cursos Superiores. Dentre as deficiências encontram-se: Baixa visão, Deficiência Física caracterizada por Paralisia Cerebral e Artrogripose Congênita Múltipla, Deficiência Intelectual leve e moderada, Síndrome de Asperger e Transtorno de Personalidade Esquizotípica. Eis os desafios se materializando: O que fazer? Como fazer?

Antes de dar início as atividades do ano eletivo, foram realizadas visitas com as famílias desses estudantes, para entrevista individual/familiar, com intuito de conhecer e promover a acessibilidade de forma satisfatória. Algumas providências foram realizadas, no sentido das adaptações razoáveis, como acessibilidade física (rampas, banheiros, macas, cadeiras de rodas...) considerando o estudante que apresenta a Deficiência Física caracterizada como Artrogripose Congênita Múltipla, nome dado à malformação das articulações,

ocasionando limitação de movimento e menor força muscular. Nesse quadro, o sujeito tem dificuldade em mover as articulações devido a uma contratura.

Considerando o exposto e os propósitos perseguidos, a Semana Pedagógica de 2018.1 teve como temática “A Educação Inclusiva: como favorecer esse processo”. A palestra de abertura contou com a participação de todos os agentes educativos do *Campus*, quando a Direção Geral possibilitou a participação de docentes, técnico-administrativos e terceirizados, articulando o funcionamento interno na instituição no período da tarde (horário em que transcorreram as atividades de abertura). As temáticas trabalhadas envolveram, especificamente, as deficiências apresentadas pelos estudantes que estariam ingressando na instituição, conforme exposto anteriormente. Deu-se prioridade a Deficiência Intelectual, considerando suas implicações pedagógicas no que tange aos aspectos cognitivos e, porque não dizer, em relação ao desenvolvimento global do sujeito. Foram realizadas mesas-redondas com estudantes que já vivenciaram a inclusão no âmbito escolar e se encontram inseridos na sociedade, exercendo seu papel de cidadão emancipado. A avaliação da semana foi muito positiva por todos os participantes, enfatizando a necessidade da formação continuada para o bom êxito das práticas pedagógicas docentes.

Durante o período letivo de 2018.1, muitas ações foram desenvolvidas, demonstrando as possibilidades de fazeres pedagógicos a partir da aceitação às diferenças. Percebe-se que muito se tem a fazer, mas percebe-se também os avanços em relação as barreiras atitudinais, a qual pode ser considerada como a mais difícil de ser superada. Observa-se que alguns docentes buscam em suas práticas envolverem a temática da Inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da pesquisa, desenvolvendo estudos que envolvam as Tecnologias assistivas.

No momento atual, a dificuldade maior encontra-se na ausência de pessoal especializado para atender as demandas necessárias ao processo educacional inclusivo com qualidade, pois não existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito das instituições federais. Os direitos são garantidos por lei, mas na prática as dificuldades e impossibilidades são reais.

Segundo Mantoan (1997), os professores enfrentam desafios no caminho da promoção de uma educação inclusiva, no sentido de: reconhecer e valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem; de conscientizar-se do modo como atuam para promover a aprendizagem de todos os alunos; de participar cooperativamente do processo educativo com todos os implicados, dentro e fora da escola; de valorizar o processo sobre o produto da aprendizagem; de desenvolver enfoques curriculares,

metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. Corroborar-se com a autora, haja vista as experiências vivenciadas nesse processo. Contudo, percebe-se avanços em alguns profissionais (docentes e técnicos) no sentido de aceitar as diferenças como desafios possíveis, vislumbrando saberes e fazeres inerentes a uma prática pedagógica inclusiva no campo da EPT.

Nessa perspectiva, corrobora-se a necessidade de manter um trabalho com caráter permanente fomentando a necessidade de intensificação da pesquisa, da extensão e do ensino focado na sensibilização e desmistificação da problemática da inclusão numa perspectiva de mudança de atitudes.

Conclusões

Diante do exposto, compreendemos que muito precisa ser feito para que se conquiste a inclusão como expressão de qualidade na educação. Entender e aceitar a diferença como valor fundamental a garantia dos direitos à educação, pode ser considerado um dos passos a serem dados. Buscar estratégias que possibilitem romper com a lógica da aula única, fechada e repetitiva é outro. Entendemos que precisamos pensar a escola e a sala de aula como um espaço de aprendizagem pautada pela valorização da diferença, pelo conhecimento em redes, por meio de uma concepção de ensino colaborativo. Assim, quem sabe, os resultados serão melhores para todos: os diferentes alunos e cada um dos professores terão sido mobilizados a superar a si mesmos.

Vale ressaltar, que este trabalho caracteriza-se como um trabalho contínuo e permanente, envolvendo todos os agentes educativos, provocando reflexões sobre as práticas educativas nos diversos setores, o que vem contribuindo para mudanças perceptíveis no âmbito institucional.

Assim sendo, faz-se necessário fomentar e intensificar a pesquisa, a extensão e o ensino focado na sensibilização e desmistificação da problemática da inclusão numa perspectiva de mudança de atitudes, num processo contínuo e permanente no âmbito institucional.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 jun. 2018

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 4).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN. **Projeto Político Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva: documento-base**. Natal: Editora IFRN, 2012.

MANTOAN, M. T. E. et al. **Integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Editora Memnon, 1997.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente).

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 4. ed. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil, 2001.